

Um sector verde forte:  
os jardineiros querem  
melhores condições laborais

2

Ataque à lei do trabalho:  
empregadores querem  
desregulamentar as  
condições de trabalho

3

Regresso ao país de  
origem:  
informe-se para se  
preparar bem

4

Nr. 7 | Dezembro 2017 | português

Sai como suplemento do jornal «work» | Redacção T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch T +41 31 350 21 11, F +41 31 350 22 11 | info@unia.ch | www.unia.ch

Mundial de futebol de 2022

## Melhores condições de trabalho graças à intervenção dos sindicatos



Protesto dos sindicatos contra as condições de trabalho desumanas na construção dos estádios da FIFA

Os trabalhadores da construção civil que constroem as infra-estruturas para o Mundial de futebol de 2022 no Qatar trabalhavam e viviam em condições tão escandalosas que milhares deles morreram. Numa campanha internacional, os sindicatos lutaram contra estas circunstâncias desumanas. Como resultado, conseguiu-se melhorias significativas para os trabalhadores da construção civil no Qatar, todos eles migrantes.

Em 2010, a FIFA anunciou que o Qatar tinha sido escolhido para organizar o Campeonato do Mundo de futebol de 2022. Houve reacções negativas por suspeitas de corrupção.

### Más condições de vida e de trabalho na construção civil

O Unia e a Internacional de Trabalhadores da Construção e da Madeira (ICM) estavam preocupados por outras razões. Não existem sindicatos neste emirado do Golfo. Os trabalhadores da construção civil são todos migrantes e não tinham quaisquer direitos no Qatar, nem sequer o de sair do país. No seu país de origem tinha-lhes sido prometido um bom contrato, mas a realidade que encontraram foi outra. Os trabalhadores tinham de entregar o passaporte aos seus intermediários, para não poderem sair sem o consentimento destes. Tinham de pagar a viagem e comissões elevadas aos intermediários. Os alojamentos

eram miseráveis, até doze pessoas num quarto diminuto! E muitos ficavam meses sem receber o salário.

### Campanha dos sindicatos

Em 2011, a ICM lançou uma grande campanha contra o Qatar e a FIFA. O Unia e muitas ONGs apoiaram esta campanha desde o início. Houve numerosos artigos nos meios de comunicação sociais sobre as escandalosas condições de trabalho no Qatar.

A ICM procedeu também de forma concreta: entrou com uma acção judicial contra o Qatar na Organização Internacional do Trabalho (OIT), em Genebra, e apresentou uma queixa contra a FIFA no Ponto de Contacto Nacional suíço da OCDE.

### Apoio para os trabalhadores, pressão sobre as construtoras

A ICM começou a contactar e a apoiar os trabalhadores da construção no Qatar através de secretários

sindicais dos países de origem destes trabalhadores (principalmente a Índia, Filipinas, Paquistão e Nepal). Paralelamente, sindicatos da Itália, Alemanha, Bélgica e França filiados na ICM fizeram nos seus países pressão sobre as empresas de construção que estão no Qatar a construir os estádios. São todas grandes empresas europeias de construção civil.

### Sucesso dos sindicatos

Após três anos de campanha, a ICM pôde, em Novembro de 2016, assinar um acordo com as autoridades do Qatar. Este permite que a ICM inspecione os estádios de futebol no país. O Unia apoia essas inspecções e já enviou um inspetor da construção civil ao Qatar.

### Melhoria das condições de trabalho

Graças à pressão desta campanha, as empresas de construção começaram a melhorar as condições de trabalho nas obras dos estádios de

futebol. Construíram alojamentos com quartos de quatro camas e boas instalações sanitárias junto aos estaleiros da construção. Mais importante ainda é que estão a recrutar trabalhadores através de agências próprias. Os trabalhadores não têm de pagar a viagem nem comissões a intermediários. Os padrões de segurança nos estaleiros de construção da FIFA estão em conformidade com os nossos padrões europeus e os trabalhadores podem regressar ao seu país de origem em qualquer momento.

### Mudanças positivas no direito laboral

E agora o Qatar melhorou o direito de trabalho para todos os trabalhadores. Estes podem organizar-se no local do trabalho e eleger os seus representantes.

A nossa campanha resultou em melhores condições de trabalho na construção no Qatar. Mas ainda há muito a fazer. Agora temos de ficar atentos, organizar os trabalhadores da construção e apoiá-los na sua luta por mais melhorias das condições de trabalho.

➔ Rita Schiavi

### Editorial



#### Estimados/as colegas,

No passado mês de Novembro os jornalistas do Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ) deram a conhecer uma longa lista de políticos, desportistas, empresas, etc. que tinham empresas-fantasma em paraísos fiscais para fugirem aos impostos. Muitas dessas empresas-fantasma escondem inclusivamente dinheiro de origem legal ou até criminosa.

Os ricos querem ser ainda mais ricos. Fazem-no, alguma vezes, fugindo aos impostos. Mas o reverso da medalha é que esse dinheiro falta aos estados. E estes aumentam os impostos de quem trabalha ou introduzem medidas de poupança. Onde pouparam é claro: na educação, na saúde, na segurança social. O número de desempregados aumenta, os custos de vida também... Mas as prestações sociais diminuem porque os estados têm de poupar.

Enquanto isso, os multimilionários enriquecem e as multinacionais, como a Glencore, Louis Dreyfus, Vitol ou Trafigura, fazem negócios sujos à custa das populações de países pobres, mas onde abundam matérias primas. Um exemplo: o grupo de comércio de minérios Glencore é acusado de ter feito subornos no Congo-Kinshasa para obtenção de matérias primas a baixo preço. Tira-se às populações pobres para dar a accionistas de multinacionais. Estas populações vivem mal e muitos fogem das suas terras à procura de vida melhor noutros lugares, também na Europa. Mas quando cá chegam (se chegam) não são cá aceites.

Os ricos fogem com milhares de francos aos impostos, muitas vezes até recorrem a ilegalidades para terem ainda mais dinheiro. E nada lhes acontece. Aos pobres é cortada a segurança social e correm riscos para conseguirem sobreviver. Onde está a justiça?

Emine Sariasslan

## Notícias breves

### Jura: vai ser introduzido o segundo salário mínimo cantonal

Em Novembro 2017 foi aprovada pela maioria do Parlamento do cantão do Jura a nova lei relativa ao salário mínimo, após quatro anos de debates. O salário mínimo passa a ser de 20 francos à hora. O Unia congratula-se com a introdução do segundo salário mínimo cantonal na Suíça e espera que outros cantões sigam o exemplo de Neuchâtel e Jura e introduzam disposições cantonais. Os salários mínimos são um instrumento importante na luta contra o dumping salarial.



### Vitória parcial após greves em dois lares de idosos

No final de Outubro, o pessoal dos dois lares de idosos Notre-Dame e Plantamour, em Genebra, entrou em greve para impedir que os trabalhadores dos serviços de restauração fossem transferidos para uma empresa externa. A administração anunciou agora a suspensão desta externalização. O chefe do Departamento de Saúde de Genebra criou um grupo de trabalho para encontrar uma solução definitiva. Envolvidos estão os sindicatos, o sector público e a organização de empregadores. Além disso, foi entregue na sexta-feira, dia 24 de Novembro, uma petição ao Conselho Grande (o parlamento cantonal).

### Dia Internacional dos Migrantes

A Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a 18 de Dezembro de 1990 a Convenção Internacional sobre a Protecção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros de suas Famílias. É a principal norma internacional através da qual os governos podem medir os seus mecanismos de protecção nacionais a migrantes. No entanto, a convenção ainda não entrou em vigor, porque até agora só foram assinadas 17 das 20 ratificações necessárias. A ONU proclamou em 2000 o Primeiro Dia Internacional dos Migrantes, que se festeja a 18 de Dezembro.

O Grupo de Interesse Migração (GI Migração) do Unia organiza diversas actividades em vários centros urbanos na Suíça. Este ano realizam-se eventos no dia 16 de Novembro em Zurique, Berna e La Chaux de Fonds para comemorar o Dia Internacional dos Migrantes. Para mais informações contacte o seu secretariado do Unia.

### Conferência profissional da construção e jornada de protesto

## Conferência da construção: sem aumento salarial não há CCT novo

Os trabalhadores da construção do Unia, na sua conferência profissional realizada a 18 de Novembro de 2017 em Berna, fizeram o balanço da actual ronda de negociações. Estão indignados por os empreiteiros, após três anos de impasse, se recusarem a dar um aumento salarial adequado este ano. Decidiram por unanimidade que não haverá um CCT novo sem aumento dos salários.

Os 160 delegados à conferência profissional dos trabalhadores da construção civil do Unia reivindicam que a Sociedade Suíça de Empresários da Construção (SSEC) regresse à mesa das negociações para continuarem a negociar sobre um aumento salarial adequado para 2018. Após o encerramento da conferência, os delegados manifestaram o seu descontentamento com uma acção espontânea. Depositaram ferramentas em frente da sede da SSEC em Berna e deixaram claro: «Estamos dispostos a lutar por condições de trabalho justas. Sem nós nada funciona».

### Chegou finalmente a hora de acertar as contas!

Quatro semanas antes, a 21 de Outubro, cerca de 5500 trabalhadores da construção civil, furiosos, manifes-

taram-se em Olten e Lausana contra a atitude de recusa dos construtores civis. Há três anos que não há nenhum aumento salarial geral. Os manifestantes exigiram alto e bom som: «Chegou finalmente a hora de acertar as contas – os trabalhadores da construção civil merecem!» A indústria da construção civil floresce. E isto é também o mérito dos trabalhadores que trabalham duro. Cada vez menos trabalhadores constroem cada vez mais. Agora devem ter a vida participação no sucesso.

### Aumento salarial de 150 francos

Nas manifestações em Olten e Lausana os trabalhadores da construção reivindicaram um aumento salarial de 150 francos ao mês para este e para o próximo ano, uma contri-

buição para os prémios do seguro de doença, bem como um ajuste dos subsídios de almoço. Nos últimos dias também houve jornadas de acção no Ticino e em Genebra.

### Ambiente de luta em Olten e Lausana

Depois de um desfile colorido e combativo pelo centro de Olten, os cerca de 2500 trabalhadores da construção civil reuniram-se, com discursos e música, na «Schützenmatte». A presidente do Unia, Vania Alleva, apoia os trabalhadores da construção civil: «A construção civil vai de vento em popa e os trabalhadores ficaram a ver navios durante três anos. Isto tem de mudar agora!»

Em Lausana, Nico Lutz, chefe da construção civil do Unia, salientou,

perante mais de 3000 trabalhadores: «Não podemos permitir que os trabalhadores da construção civil, que trabalham ao ar livre, em condições atmosféricas adversas e fazem um bom, mas duro trabalho, tenham no fim do mês cada vez menos no porta-moedas porque os custos continuam a aumentar».

### Uma questão de respeito

Vários trabalhadores da construção civil interrogaram-se nas suas intervenções se o bom trabalho já não é valorizado. Eles estão orgulhosos do seu trabalho e exigem respeito: «nós construímos a Suíça» e «trabalho árduo deve ser compensado» eram as frases que se podiam ler nos cartazes dos trabalhadores da construção civil.

Osman Osmani

### Novo CCT para os trabalhadores da Coop

## Alcançadas algumas melhorias

O novo contrato colectivo de trabalho (CCT) da Coop, que regula as condições de trabalho de 37000 trabalhadores, entra em vigor a 1 de Janeiro de 2018. O novo CCT traz melhorias, em especial, na conciliação da vida profissional e familiar, na protecção da saúde e no aperfeiçoamento profissional.

### Resumo das principais inovações

- Direito a 16 semanas de licença de maternidade, com salário na íntegra, a partir do 3.º ano de serviço (actualmente a partir do 4.º ano de serviço).
- 3 semanas de licença de paternidade (actualmente 1 semana). Também se aplica a pais que trabalham à hora.
- Mais trabalhadores podem beneficiar do programa de contribuições financeiras para assistência a crianças de famílias monoparentais («Child Care»). O programa está agora consagrado no CCT.
- Pela primeira vez, a segurança e saúde no trabalho estão consagrados no CCT.
- O programa de aperfeiçoamento profissional inclui, explicitamente, ofertas relativas à transformação tecnológica (digitalização).
- Reforço dos direitos dos sindicatos: uma novidade é que os delegados sindicais já não precisam de consentimento para divulgar informação sindical na empresa.
- O salário mínimo para pessoal não qualificado é de 3900 francos (x13). O salário para pessoal com formação profissional de três anos é de 4100 francos (x13).

### Aumento de 1% da massa salarial em 2018

Além disso, conseguimos para 2018 um aumento de 1% da massa salarial. Face à subida dos prémios do seguro de doença, isto traz uma restituição necessária e importante do poder de compra. O aumento adicional de 1% da massa salarial será distribuído amplamente e beneficiará, pelo menos, dois terços dos trabalhadores.

### Manter um olhar atento à implementação do CCT e à digitalização

Sendo o maior sindicato no sector do comércio a retalho, o Unia está presente em todas as zonas do país e empenha-se na implementação do CCT vigente, bem como no cumprimento das suas disposições. O sindicato vai focar-se, em especial, no cumprimento das horas de trabalho e na protecção à saúde. Face à crescente digitalização, o Unia vai bater-se por uma digitalização social.

### Alargamento do CCT a todas as empresas do grupo Coop

Actualmente nem todas as empresas da Coop estão abrangidas pelo CCT. O alargamento do CCT a todas as empresas do grupo Coop continua a ser o objectivo do sindicato Unia.

Osman Osmani

### Conferência profissional dos jardineiros

## Por um sector verde forte com futuro!

Os/as jardineiros/as querem reforçar a sua campanha por melhores condições de trabalho no sector da jardinagem e apresentaram as suas principais reivindicações à associação patronal JardinSuisse. Com uma acção simbólica, deram também um sinal pela merecida reforma antecipada.

Na sua conferência profissional de 4 de Novembro de 2017, os 80 delegados do sector da jardinagem concordaram que a jardinagem é uma bela profissão mas que ela também significa, actualmente, condições de trabalho precárias, dias de trabalho longos, poucas férias e salários baixos.

### Salários justos, férias e reforma antecipada

Por isso, os/as jardineiros/os reivindicam um contrato colectivo de trabalho (CCT) de aplicação geral obrigatória, com salários justos, cinco semanas de férias e a reforma antecipada.

### JardinSuisse tem de se mexer

Para alcançar estes objectivos, os delegados querem reforçar a sua campanha por melhores condições de trabalho no sector da jardinagem. Além disso, apresentaram as suas reivindicações à associação patronal JardinSuisse. Anteriormente milhares de jardineiros/as tinham assinado uma petição do Unia neste sentido.

A grande maioria dos jardineiros e jardineiras sindicalizados estão filiados no sindicato Unia, muitos deles activos. No entanto, a JardinSuisse na Suíça alemã recusa-se a negociar com o Unia.

Osman Osmani



Os jardineiros manifestaram-se em Zurique por melhores condições de trabalho!

## Curso sobre a naturalização

## Para mais participação

**A galega Ana Caamaño vive há 18 anos na Suíça e quer agora naturalizar-se ter para melhor participar na vida política suíça.**

## Vida no país de origem

A vida nem sempre foi fácil para Ana Caamaño. Filha de um lenhador, Ana foi a quinta de seis filhos de uma família pobre de Sierra de Oustes, uma pequena aldeia galega no caminho de Santiago. Em adulta, Ana trabalhou como vendedora antes de vir com a filha, em 1999, ter com o marido à Suíça.

## A vida na Suíça

No início, a vida na Suíça foi difícil para Ana e a filha, na altura com 10 anos. Separou-se do marido cinco meses depois de chegar. Sem família e amigos cá, foi difícil criar a filha sozinha.

Apesar disso, Ana conseguiu integrar-se. Arranjou trabalho e agora sente-se bem na Suíça. A filha formou-se como secretária e estuda agora Trabalho Social. De momento, Ana não pensa regressar a Espanha. As condições de vida lá são

difíceis, o custo de vida aumentou e os salários baixaram.

## Curso de alemão com foco na naturalização

Assim, decidiu naturalizar-se, mas primeiro quis frequentar o curso de alemão com foco na naturalização. Ana quer ser suíça para poder participar e colaborar na vida política da Suíça. Gosta muito do curso e já aprendeu muitas coisas úteis sobre a Suíça

⇒ Pascal Hirt

## Cursos com foco na naturalização:

Para facilitar o processo de naturalização aos seus filiados, o Unia disponibiliza cursos onde se desenvolvem as competências linguísticas e aprendem conteúdos específicos para a naturalização. Um curso é de 52 aulas e só está aberto a sócios do Unia. Estão a decorrer cursos nas regiões de Basileia e Zurique e para 2018 prevê-se novos para Berna.



Ana Caamaño (fila da frente, à direita) com os colegas do curso

## Tempo de trabalho e lei laboral

## Ataque frontal à protecção dos trabalhadores

**As medidas para a desregulamentação da lei laboral apresentadas pela Associação de Empresários (AE) são um insulto para os trabalhadores. O Unia empenha-se pela participação dos trabalhadores na definição das condições de trabalho e reivindica medidas de protecção ajustadas às novas formas de trabalho.**

A Suíça é o país da Europa onde mais horas se trabalha. O stress e a sobrecarga de trabalho são uma realidade para muitos trabalhado-

res. As consequências da proposta de flexibilização, que só beneficia o empregador, seriam uma grave deterioração das condições de trabalho e mais problemas de saúde. O Unia rejeita as propostas da AE: semana de 50 horas, redução dos períodos de descanso, flexibilização das pausas.

## Uma lei laboral moderna protege os trabalhadores

O pretexto da «flexibilização do mercado de trabalho» significa, na realidade, um ataque a medidas fundamentais de protecção legal.

Ao contrário do que diz a AE, não são obsoletas. O que é necessário é criar medidas de protecção adaptadas às novas formas de trabalho.

## Participação directa em vez de tutela

O Unia empenha-se por apoiar os trabalhadores nas decisões sobre o tempo de trabalho e condições laborais. Esforça-se para que os trabalhadores possam organizar o seu horário de trabalho de forma a terem tempo para outras actividades da vida quotidiana.

⇒ Osman Osmani



Os trabalhadores lutam contra a vontade dos empregadores de desregulamentar a lei laboral

## Entrevista



Beat Baumann

## «Paradise Papers»: paraíso para quem?

Os «Paradise Papers», recentemente vindos a público, revelam como multimilionários e multinacionais de todo o mundo usam complexas estruturas financeiras para ocultar capital e fugir aos impostos. Estes documentos do escritório de advogados das Bermudas Appleby foram enviados, graças a uma fuga de informação, a um jornal alemão, que os partilhou com o Consórcio Internacional de Jornalistas de Investigação (ICIJ). 400 jornalistas analisaram e revelaram os documentos, mostrando a importância do jornalismo de investigação. O Horizonte falou com Beat Baumann, economista do Unia.

## O que te passou pela cabeça quando leste as notícias sobre os «Paradise Papers»?

Senti uma enorme indignação. É inadmissível que empresas como a Apple, que depende do trabalho de pessoas cujos estudos foram financiados pelo estado, tudo façam para fugir aos impostos. Estas empresas privam a sociedade dos impostos necessários para o funcionamento do estado, com o único objectivo de aumentar ainda mais os ganhos dos seus accionistas. Isto é criminoso. Talvez não do ponto de vista jurídico, mas moralmente absolutamente reprovável.

## Como podem os ricos ocultar o seu dinheiro e não pagar impostos? Como funcionam as offshores?

Tomemos como exemplo a Holanda, onde em 2005 os lobistas conseguiram a eliminação de uma cláusula no tratado fiscal com os Estados Unidos que impedia a fuga fiscal. Desde então, quando empresas norte-americanas como a Nike ou Apple criam na Holanda uma empresa com um determinado estatuto legal, não estão sujeitas ao pagamento de impostos, nem nos Estados Unidos nem na Holanda. Especializada em offshores (empresas e contas bancárias abertas em paraísos fiscais com a finalidade de ocultar a origem do dinheiro), a Appleby ajudou as empresas a criar empresas-fantasma em paraísos fiscais (estado nacional ou região autónoma onde a lei facilita a aplicação de capitais estrangeiros com impostos muito baixos ou sem impostos) e a transferir para aí as receitas.

## Quais são as consequências disto para os cidadãos e o estado?

Os países cuja legislação permite estas construções fiscais, tais como a Holanda, a Irlanda e o Reino Unido, prejudicam os outros países porque os privam de receitas fiscais. Se as empresas não pagam impostos, quem é que os vai pagar? Claro, os cidadãos, os trabalhadores. Através do aumento do IVA, por exemplo. Além disso, corta-se nos serviços e nas despesas públicas. Se falta dinheiro para financiar bons sistemas de saúde e escolar, por ex., isto tem consequências graves para os cidadãos.

## Também há empresas e nomes suíços nestes papéis?

O grupo Glencore, de Zug, especializado em minérios e comércio de matérias primas, é um dos mais importantes clientes da Appleby. Comprou licenças para extrair cobre e cobalto na República Democrática do Congo a um preço muito baixo. Um sócio seu subornou políticos. As receitas de Glencore são obtidas a expensas dos habitantes de um dos países mais pobres. Há quatro anos, o director de Glencore disse que as acusações de corrupção eram completamente infundadas. Agora, os «Paradise Papers» mostram que mentiu.

## O que se tem de fazer para acabar com estas práticas?

São necessárias soluções políticas. Os países que permitem evasão de impostos devem ser colocados numa lista negra. E devem ser proibidos acordos entre os governos e as empresas para baixar impostos. O prémio Nobel Stiglitz propôs a introdução, na UE, de uma taxa fiscal mínima para as empresas. Existe uma taxa mínima para o IVA, que afecta os trabalhadores. Porque não para as empresas? E os políticos têm de parar de proteger os ricos e super-ricos e legislar a favor dos trabalhadores!

Emine Sariassian

Regresso ao país de origem

# Preparar bem o regresso

**Se pensa regressar ao seu país deveria, antes de tudo, começar por pensar se deixa a Suíça definitivamente ou se conta ir só por alguns meses. Em ambos os casos, o regresso deve ser preparado cuidadosamente. Antes de partir, é aconselhável informar-se sobre os seus direitos em matéria de segurança social. Se é sócio do sindicato Unia, tem direito a informações e apoio.**

Existe uma grande diferença entre o regresso de nacionais de um Estado-Membro da UE/EFTA ou de um país terceiro (um país que não pertença à UE ou ao espaço EFTA).

## Prestações da AHV/IV-AVS/AI

As prestações da AHV/IV-AVS/AI (Seguro de velhice, sobrevivência e invalidez) e da Previdência Profissional (BVG-LPP) podem, em determinados casos, ser exportadas quando regressa ao seu país de origem. O pagamento da reforma AHV-AVS a cidadãos da UE e da EFTA é regulamentado pelo acordo sobre a livre circulação de pessoas. Consulte a plataforma de informação «Soziale Sicherheit Schweiz-EU/ Sécurité sociale Suisse-UE» (Segurança social Suíça-UE).

Cidadãos de países terceiros podem receber a pensão da AHV-AVS no seu país, desde que haja um acordo de segurança social entre o seu país e a Suíça. Se tal acordo não existir, os cidadãos de países terceiros não receberão, em caso de regresso, qualquer pensão da AHV-AVS. No entanto, podem receber as contribuições pagas, sem juros, em forma de capital. O pedido de pagamento deve ser feito, o mais tardar, 5 anos após a reforma. As prestações da reforma já recebidas serão deduzidas.

**Atenção:** A pensão de reforma não é paga automaticamente, deve requerê-la três meses antes de se aposentar. Quem já estiver no estrangeiro, também o deve fazer.

**Ajuda social, prestações complementares e subsídios para grandes inválidos não são transferidos para o estrangeiro.**

## Previdência profissional (BVG-LPP)

Os acordos de segurança social não têm influência nas pensões da Caixa de Pensões (BVG-LPP). Estas são pagas de acordo com o regulamento de cada caixa. Informe-se junto do seu empregador e leia atentamente o regulamento da sua Caixa de Pensões.

O pagamento em forma de capital também é possível desde que a pes-

soa, no país de destino, não esteja abrangida pela segurança social. Os cidadãos da UE e da EFTA podem requerer o pagamento da parte extra-obrigacional em forma de capital. O fundo de garantia da BVG-LPP funciona como órgão de ligação entre os Estados-Membros da UE/EFTA. Os formulários de pedido, bem como as instruções relevantes estão disponíveis para download no site do fundo de garantia ([www.sfbvg.ch](http://www.sfbvg.ch)).

## 3º Pilar

Para o terceiro pilar, o seguro privado (conta poupança reforma), são as condições contratuais que definem o que acontece ao regressar ao seu país. Contacte a entidade com a qual celebrou o contrato do terceiro pilar.

## Subsídio de desemprego

A transferência das prestações de desemprego para o estrangeiro só é possível para procurar emprego, não quando existe a intenção de deixar a Suíça definitivamente. Pode receber o subsídio de desemprego durante um período máximo de três meses (período de transferência) se for cidadão suíço ou da UE/EFTA e quiser procurar trabalho num país da UE/EFTA. Deve inscrever-se no RAV-ORP (Centro Regional de Emprego) da sua região para clarificar o seu direito à transferência das prestações de desemprego. As condições são: estar desempregado, estar inscrito no fundo de desemprego na Suíça, ter cumprido um período mínimo de descontos, ter direito ao subsídio de desemprego, ter solicitado a transferência das prestações ao RAV-ORP e ter cumprido o período de espera de quatro semanas. Aconselhamo-lo a informar-se sobre esta questão atempadamente e a procurar aconselhamento.

## Documento portátil U1

Para cidadãos da UE que não pretendam regressar à Suíça mesmo que não encontrem emprego no outro país, é aconselhável pedir à Caixa de Desemprego que prepare o documento portátil U1 «Declaração dos períodos de trabalho a serem tidos em conta no cálculo das prestações de desemprego». Assim, o tempo de prestações na Suíça irá

contar para o cálculo do seu direito a subsídio de desemprego no seu país.

## Declaração de partida

Quando deixar a Suíça, tem de apresentar uma declaração de partida ao Serviço de Controlo de Habitantes da sua área de residência.

**Atenção:** É importante deixar a sua nova residência completa ou no Serviço de Controlo de Habitantes da área da sua residência ou ao seu empregador. Poderá ter de ser contactado por qualquer motivos importantes.

## Consequências para a autorização de permanência ou de residência

Com a participação de saída definitiva da Suíça perde a autorização de residência permanente (permis C) ou de estadia na Suíça. Nacionais da UE que se mudam para o estrangeiro podem sempre regressar. Mas os cidadãos de países terceiros perdem o direito ao regresso.

Uns e outros perdem o direito ao permis C se possuírem este permis e se ausentarem mais de seis meses da Suíça. Podem, no entanto, apresentar um requerimento, antes de partirem. Neste caso, a autorização de residência pode ser mantida durante dois a quatro anos.

Ao atingir a idade de reforma, os cidadãos de países terceiros, em especial, devem tomar precauções. Experimentem durante 6 meses se se adaptam ao novo país de residência.

## Links:

- Renten und Pensionen im Ausland (Pensões e reformas no estrangeiro): <https://www.ch.ch/de/pensionierung/>
- Rückkehr und Sozialversicherungen (Regresso e seguros sociais) alemão, francês, italiano, inglês, espanhol, português, servo-croata, albanês, turco, russo, tâmil: <https://www.sem.admin.ch/sem/de/home/rueckkehr/rueckkehrhilfe/sozialversicherungen.html>
- Sozialversicherung und Rückkehr Schweiz/EU/EFTA (seguros sociais e regresso Suíça/UE/EFTA): [https://www.sem.admin.ch/sem/de/home/themen/fza\\_schweiz-eu-efta.html](https://www.sem.admin.ch/sem/de/home/themen/fza_schweiz-eu-efta.html)
- AHV und IV (Seguro de velhice, sobrevivência e invalidez): <https://www.ahv-iv.ch/de/>

☞ Darinka Filipovic

# Pergunte, que nós respondemos



## Perde-se o direito ao abono quando o filho recebe salário de aprendiz?

**Tenho três filhos: o mais novo tem 14 anos de idade e ainda frequenta a escola. A minha filha tem 16 anos e começou a formação profissional. O mais velho, de 22 anos, estuda Geografia. A minha colega alega que se perde o direito ao abono de família assim que um adolescente começa a ganhar o seu próprio dinheiro, mesmo que ainda esteja em formação. Isso é verdade?**

**DAVID AEBY:** Não. O montante do abono de família é de, pelo menos, 200 francos por mês (dependendo do cantão, o montante pode ser maior) e é pago até a criança atingir os 16 anos de idade. A partir desse momento, tem direito a um subsídio de formação de, pelo menos, 250 francos por mês (aqui também, dependendo do cantão, o montante pode ser maior). Este subsídio é pago até à conclusão da formação mas, no máximo, até aos 25 anos de idade. Mesmo que a sua filha já receba o primeiro salário de aprendiz e o seu filho estudante ganhe dinheiro trabalhando durante as férias, continua a ter direito ao subsídio de formação. Atenção: no entanto, existe um limite máximo. Se o rendimento do adolescente ou do jovem adulto em formação for superior ao montante máximo da pensão de reforma por inteiro da AHV-AVS, deixa de ter direito ao subsídio. Este limite de rendimento é, actualmente, de 28 200.– francos.

work, 19.10.2017

## Registo de horas: é permitida uma dedução fixa das pausas?

**Tenho um horário de trabalho flexível. O nosso tempo de trabalho é registado electronicamente. Regra geral, trabalho 8 horas por dia e faço uma pausa de trinta minutos na hora do almoço. Em casos excepcionais tenho de trabalhar mais de 9 horas. Neste caso, a lei do trabalho prevê uma pausa de, pelo menos, uma hora. O sistema de registo do tempo de trabalho desconta-me, por isso, mais uma meia hora de pausa – embora eu nem a tenha gozado. O meu chefe diz: «Lei é lei. Após 9 horas, é descontada uma pausa adicional de meia hora.» Isto está correcto?**

**IGOR ZORIC:** Não. A lei laboral serve para evitar a sobrecarga de trabalho e assim proteger a sua saúde. Não são permitidas informações erradas relativas a pausas. O empregador deve assegurar que o trabalhador goze as suas pausas e que estas sejam devidamente registadas. Se o sistema de registo do tempo de trabalho descontar automaticamente do tempo de trabalho pausas que não pôde gozar, deve solicitar a sua rectificação. Além disso, no seu caso, com um horário de trabalho flexível, as pausas têm por base a média do tempo de trabalho diário. Isso está estipulado no n.º 4 do 18.º artigo do regulamento 1 da lei laboral. Pressupondo que a sua média do tempo de trabalho diário é de 8 horas. Se, num caso excepcional, trabalhar mais do que 9 horas num dia, a sua pausa mínima tem sempre por base a média do tempo de trabalho diário. O que perfaz uma pausa de meia hora por dia para 8 horas de trabalho. Se estiver previsto ter de trabalhar mais de 9 horas durante um longo período de tempo, é evidente que terá direito a uma pausa de uma hora por dia.

work, 16.11.2017



## 2018

**Frohe Festtage und viel Erfolg im neuen Jahr.**  
**Bonnes fêtes et meilleurs vœux pour la nouvelle année.**  
**Buone feste e un felice anno nuovo.**  
**Bialas fiestas da Nadal e tut bien egl onn niev.**  
**Felices Fiestas y un próspero Año Nuevo.**  
**Boas Festas e um próspero Ano Novo.**  
**Srećni Božićni praznici i mnogo uspjeha u Novoj godini.**  
**Gëzuar festat dhe shumë suksese në Vitin e Ri.**  
**Mutlu yıllar ve yeni yılda başarılar diliyoruz.**  
**Merry Christmas and a Happy New Year.**

Impressum: Beilage zu den Gewerkschaftszeitungen work, area, Événement syndical | Herausgeber work, Gewerkschaft Unia, Chefredaktion: Marie-José Kuhn; Événement syndical SA, Lausanne, Chefredaktion: Sylviane Herranz; Edizioni Sociali SA, Lugano, Chefredaktion: Claudio Carrer | Redaktionskommission A. García, A. Rogalewski, D. Filipovic, E. Sarianian, M. Martín, M. Mendes, O. Osmani | Sprachverantwortlich Marília Mendes | Layout I. Schmieder, Unia | Druck Tagblatt Print, Im Feld 6, 9015 St. Gallen | Adresse Unia Redaktion «Horizonte», Weltpoststrasse 20, 3000 Bern 15, [marilia.mendes@unia.ch](mailto:marilia.mendes@unia.ch)



**Die Gewerkschaft. Le Syndicat. Il Sindacato.**

[www.unia.ch](http://www.unia.ch)